



# Propostas para mitigar o desmatamento

JOHN N. LANDERS\*

O problema de perda da biodiversidade é resultado do consumo da sociedade e do uso de tecnologia mais economicamente atrativa pelos produtores rurais, por meio do desmatamento, como meio de expandir a fronteira agrícola. Isto faz parte de um processo secular e difícil de reverter.

Há uma questão econômica: um produtor 'no vermelho' não pode cuidar do verde. A proposta é dar uma nova visão para o produtor rural, para engajá-lo como "Guardião dos Recursos Naturais", na conservação e preservação da natureza.

Trata-se de um conceito positivo e estimulador, que, se recomendado, poderá mudar a racionalidade econômica para o lado da intensificação do uso da terra, dentro da fronteira agrícola atual, sem

desmatamento e prejuízo para as exportações.

O Brasil é líder mundial em tecnologia agropecuária tropical e, especialmente, nas tecnologias de Plantio Direto, Integração Lavoura

x Pecuária e Fruticultura, Bovinocultura e Reflorestamento.

Existem três mecanismos de tecnologia para poupar áreas de vegetação nativa do desmatamento, sem onerar o orçamento da nação em médio prazo, pois trarão retornos econômicos.

## FUTURO DA MADEIRA E DO CARVÃO

Para o pequeno agricultor, terras inclinadas e mão-de-obra de boa qualidade sub-utilizada são vantagens comparativas na produção de

madeira. O empecilho está na falta de capital de investimento para pagar um salário mensal até a colheita, com melhoria da vida rural. Já o carvão é mais suscetível de solução por meio de financiamentos específicos para reflorestamento.

O reflorestamento é uma atividade desejável, do ponto de vista do ambiente, porque implica em redirecionar a mão-de-obra do pequeno agricultor do ciclo vicioso de derrubada, queima e exaustão. Seu benefício ao meio ambiente deve ser reconhecido pela sociedade com a autorização de verbas públicas para este fim. Mas nos biomas da Floresta Amazônica e do Cerrado, as iniciativas não têm nem se aproximado do necessário para atender às demandas para madeira e carvão.

A criação de um mercado de futuros em madeiras e carvão brasileiros, de produção sustentável com selo verde, seria uma forma de financiar o reflorestamento, com espécies nativas ou não.

O governo brasileiro daria aval aos títulos de madeiras e carvão futuros, vendidos a países ou entidades privadas internacionais ou nacionais (siderúrgicas, no caso do carvão), dispostas a investir neste mercado. Isso pode representar uma solução viável, sem crítica do estrangeiro à sustentabilidade brasileira.

A sustentação dos preços mundiais da madeira e internos de carvão, face à escassez crescente de madeira natural e à exaustão da vegetação nativa do Cerrado, é um investimento atrativo para melhorar o perfil verde dos fundos de pensão, bancos e outros atores nos mercados em longo prazo.

Será necessário um seguro contra o risco de fogo e eventuais faltas de entrega, bancado pelo governo brasileiro. Uma virtual eliminação dos madeireiros clandestinos melhoraria a arrecadação. As madeiras de plantação, em áreas concentradas, com menor custo de extração, estariam mais perto das estradas asfaltadas. O pequeno produtor rural receberia uma proporção mais justa do

### Declaração de Madri (2001)

"a conservação dos recursos naturais é a co-responsabilidade de todos os setores da sociedade - passado, presente e futuro -, na medida em que esses setores consomem os produtos oriundos desses recursos".

## Benefícios para o pequeno produtor

- Financiamento para a produção de mudas;
- Salário mensal proporcional ao número de árvores ainda vivas;
- Assistência técnica paga com alíquota do valor futuro da produção.

### Impactos

- Reflorestar áreas ambientalmente suscetíveis;
- Intensificar o uso da terra e elevar o retorno à mão-de-obra;
  - Manter os pequenos proprietários na área rural;
  - Substituir a madeira extraída de forma ilegal;
- Incrementar a arrecadação sobre madeira legalmente extraída;
- Gerar empregos para técnicos na assistência técnica do programa;
- Participar do mercado internacional de madeira sustentável.

valor da sua produção.

A iniciativa criará um freio ao êxodo rural dos pequenos produtores com menos de 100 hectares. Para

## Estímulos via crédito

1. *Projeto*: avaliação rápida, feita por três técnicos independentes (1 agrônomo ou florestal, 1 ambientalista e mais um especialista na área do projeto).

2. *Juros, prazos e carência*: medidas para reduzir o custo real do empréstimo, determinadas conforme critérios para gerar impactos ambientais positivos.

3. *Projetos-piloto*: Integração Lavoura PD x Pecuária (bovino ou ovino seriam financiados a 50% de fundo perdido).

4. *Financiamento dos investimentos em projetos de Integração Lavoura PD x Pecuária (bovino ou ovino), com prazo de 15 anos a 6% a.a. e 5 anos de carência, com as seguintes condições*:

- Retorno à pastagem após um máximo de 3 anos;
- Período mínimo de 3 anos de pastagem após lavoura;
- Máximo de 8 anos de culturas durante o prazo do empréstimo;
- Financiamento adicional para cercas elétricas e aguadas no 3º ano;
- Financiamento adicional a partir do 2º ano, para cercas elétricas e aguadas, no ato de reconverter a lavoura para pastagem renovada;
- O custeio de lavouras seria normal, porém, ao dobro do limite atual para a área ou valores máximos a serem financiados;
- Não respeitadas essas condições, os juros voltam a 12% a.a. mais correção desde o início do contrato, e a carência se reduz a 3 anos;
- Para iniciar a IL x P, as seguintes atividades seriam elegíveis até um valor máximo: destoca; limpeza de juquia; calcário e gesso, fosfatagem básica, remoção de árvores isoladas com a reposição por espécies nativas, mediante plano de reflorestamento aprovado.

Nas áreas de reserva legal, será condição *sine qua non* para o tomador de empréstimo ter ou flexibilizar o seu registro averbação, mediante assistência técnica na implantação da sua recuperação.

não excluir posseiros do programa, a localização da plantação seria fixada com GPS, e a plantação, penhorada. A terra, quando transferível e arrendável, teria assunção dos gravames sobre a plantação. O ocupante legal da área reflorestada receberia um emolumento mensal.

Os recursos seriam financiados pelo fundo de futuros e amortecidos com certificados de futuro que o produtor receberia contra a entrega da madeira especificada. Devem ser feitos estudos para avaliar um pagamento atrativo para assistência técnica, a uma taxa de 2% do valor do custo de implantação e de 0,5% por ano do valor do futuro nos anos subsequentes.

O fundo de assistência técnica cobriria assistência a outras atividades de diversificação, sem financeiras. Uma visão geral da fazenda se incorporaria a explorações para a ocupação mensal da mão-de-obra. O plantio direto seria a prática recomendada para culturas anuais e perenes, para a perenidade do recurso água e o controle da erosão, com recuperação da fertilidade dos solos.

## PRESERVAÇÃO

Para preservar a vegetação tropical nativa, a sociedade deve colocar um valor sobre essas áreas e pagar os serviços ambientais da intensificação do uso da terra, para evitar a abertura de novas áreas de vegetação nativa.

O sistema de Integração Lavoura de Plantio Direto x Pecuária pode expandir a produção de grãos e carne a um ritmo de 2% ao ano por 25 anos, sem desmatar. A adoção maciça desta tecnologia e de outros sistemas de produção sustentável, acoplada a uma proibição rigorosa de desmatamento, precisa de estímulos financeiros.

• Os países concedem um desconto nos impostos de importação a produtos brasileiros, proporcional à área de adoção da agricultura con-

servacionista em cada produto.

• Isso permitirá a formação de um fundo de organizações de produtores rurais (associações, cooperativas e fundações) de incentivo ao sistema de Integração Lavoura de Plantio Direto x Pecuária na região tropical, para mitigar o desmatamento;

• O fundo pagaria um incentivo por hectare implantado, correspondente ao custo inicial da conversão da pastagem em cultura, mais um crédito de médio prazo (2 anos de carência e 3 anos para pagar) para o capital de giro adicional necessário (aquisição de bois ou de máquinas).

• O incentivo teria um pagamento único, somente para novas áreas;

• Uma condição de qualificação será a regularização das reservas legais;

• O monitoramento seria de uma vez só, para reduzir o custo, quando comparado com rastreamento etc.

## GUARDIÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Pela adoção de práticas benéficas ao meio ambiente e para a sociedade, o produtor rural deve receber incentivos, como parte dos valores economizados e recuperados da sua ação como guardião da natureza. Quando comparado, por exemplo, com o produtor que pratica o Plantio Direto, a sociedade urbana em geral é devedora.

Essas transferências de valores não constituem subsídios sob as regras da OMC, pois são oriundas de benefícios ambientais, já criadas e transferidas para a sociedade. É um pagamento para serviços ambientais sob o pressuposto de "pagar para preservar".

Caberá uma mudança fundamental na forma como a sociedade civil vê o produtor rural. Será necessário reconhecê-lo como o aliado de maior potencial para alcançar a preservação da vegetação nativa, mas sem condição de fazê-lo sozinho. ■

\* Diretor da Associação de Plantio Direto no Cerrado, Brasília, e-mail: john.landiers@apis.com.br.